

PODCAST STM EP 02

Transcribed by [TurboScribe.ai](#). [Go Unlimited](#) to remove this message.

Oi gente, estamos de volta agora com o segundo episódio do nosso podcast com o presidente do STM, o ministro Francisco Joseli Parente Camelo. E ele vai nos conduzir pela história do Brasil, agora com os momentos históricos que vão desde a Revolta da Armada, episódio ocorrido em 1891, até as nuances do Tribunal de Segurança Nacional, TSN, um tribunal de exceção criado por Getúlio Vargas em 1936. Em 1893, nós tivemos a Revolta da Armada, desencadeada pelo almirante custódio José de Melo.

Como é que foi a participação da Justiça Militar? O que aconteceu? O presidente assume e o congresso começa a limitar os poderes do presidente. O presidente não fica satisfeito com isso. E o presidente começa a ter problema com o congresso, até que ele fecha o congresso.

Floriano Peixoto, o almirante custódio de Melo, ele pede, então, a renúncia do presidente, antes mesmo da Revolta da Armada. E diz que se não renunciasse, ele bombardiaria a cidade do Rio de Janeiro com a esquadra. E o presidente acaba renunciando.

Assume Floriano, ele abre o congresso, no momento em que assume, e o Floriano era um homem de ferro. O Floriano Peixoto não aceitou que houvesse eleições, embora não tivesse dois anos. Ele entendia que naquele primeiro governo não teria aquela regra, que se não tivesse dois anos, teria que ter eleições para presidente.

E o custódio de Melo, com essa ideia de que teria que ter eleições, o que ele fez com o Beodoro, ele fez com o Floriano. Se não tiver eleições, ele bombardiaria o Rio de Janeiro com a esquadra. O Floriano colocou todo o exército brasileiro à disposição dele e, durante alguns meses, ficou aquela guerra interna da Marinha contra o... para que o Floriano renunciasse.

Mas o apelido dele realmente é o General de Ferro. Ele resistiu a tudo aquilo, acabou mandando alguns generais, exilou militares, oficiais generais e conseguiu segurar aquela... Então, essa foi a Revolta da Armada. E algum processo dessa revolta bateu no STM? Bateu no STM.

Nós julgamos aqueles militares. Julgamos... Agora, ao final, acabaram sendo absorvidos. Por quê? Porque não havia no Código da Armada aquele crime que eles estavam sendo... Eu não me lembro exatamente qual foi o crime.

Mas o crime que estava sendo julgado não existia no Código da Armada e, com isso, não era tipificado no Código da Armada, eles foram absorvidos. O senhor falou da República, que derrubou a monarquia. E a gente teve uma campanha lá na Bahia chamada

Canudos, que foi uma... Como é que se diz? Uma revolta do Antônio Conselheiro, justamente querendo a monarquia de volta.

E o exército foi lá para Canudos. Como é que a participação da justiça militar também nessa campanha de Canudos? A campanha de Canudos também foi extremamente sangrenta. Canudos, uma cidade do interior da Bahia, com 25 mil habitantes... Sertão, né? Sertão, no interior.

Antônio Conselheiro, aquela figura barbosa... Messiânico. ... que se dizia enviado de Deus e que veio ali para salvá-la, aquela população, se rebela contra a República. O governo federal mandou brigadas lá para Canudos.

Aquela rebelião durou dois anos, em 1896 e em 1897. E com reiteradas expedições, né? Isso, isso, no governo do Prudente Moraes, se eu não me engano. Então, ali morreram 20 mil civis e 5 mil militares.

A cidade tinha 25 mil habitantes. Então, foi realmente um massacre. E a justiça militar mandou o Conselho de Justiça para julgar aqueles elementos que cometeram crimes naquela época.

Então, também teve uma participação importante na campanha de Canudos. Foi muito importante. Agora a gente vai para 1910 e 1912, que tenho contestado também, mas eu falo do motim dos marinheiros.

Que é a Revolta da Chibata, né? É a Revolta da Chibata. A Revolta da Chibata é uma revolta que não tem muitas pesquisas. Até porque, por muito tempo, se eu não me engano, foram proibidas publicações sobre esse assunto.

Mas tem uma que eu li, de 1950 e qualquer coisa. Então, o que aconteceu? O marinheiro João Cândido liberou aquela revolta. Era uma revolta contra os crimes, as chibatadas, né? Porque eram crimes que, se cometiam um crime que não era tão grave, ele era submetido a 100 chibatadas.

Estava previsto um código penal. Estava previsto no código das leis. Mas também já estava em fase de extinção.

Já tinham leis, já tinham proibido essa e tal. Mas, quando aconteceu aquilo? Aconteceu aquilo, se eu não me engano, no dia 22 de novembro de 1910. No dia em que Hermes da Fonseca assume a presidência da República.

Nós tivemos uma campanha muito dura do Hermes da Fonseca contra o Rui Barbosa. E o Rui Barbosa passou a ser defensor desses marinheiros. No Congresso Nacional.

Porque ele era senador. E ele fazia depoimentos lá no Congresso, massacrando o Hermes da Fonseca. Então, aconteceu esse fato político no meio.

Mas, naquele momento, esses insurgentes... Porque eles chegaram a tomar a esquadra. Chamavam o nosso revoltoso lá. O marinheiro.

O marinheiro João Cândido. O almirante negro. Ele comandou a esquadra.

Ele ameaçava, inclusive, bombardear o Rio. Ele montou a esquadra para o Rio de Janeiro. E, da mesma forma que foi feito lá em 1993, disse assim, se não houver... Aí ele fez uma lista.

Primeiro, a anistia daqueles revoltosos. Depois, o final desses crimes de chibatadas. E outras coisas que ele pediu também.

Inclusive, ele pediu a extinção daqueles navios, que eram navios a vapor. Era uma coisa realmente subhumana. Trabalhava ali dentro.

Eram uns fornos ali. Então, tivemos... E esses trabalhadores eram negros, eram um pessoal mais pobre. Então, houve toda uma campanha.

E o Rui Barbosa foi um que atuou muito no Congresso. A favor, então, dessas... A favor desses marinheiros. Acabaram sendo anistiados.

Os marinheiros foram anistiados. Mas, depois, Hermes Fonseca... Eles acabaram indo para a Ilha das Cobras. Ficaram presos.

E o Hermes não respeitou muito, porque o motivo foi muito sério. Eles mataram, assassinaram o comandante do navio capitânico. Assassinaram vários marinheiros mesmo, que não contratavam colegas.

Foram assassinados. Vários oficiais tiveram que ser afastados dos seus navios. Então, foi também... O motivo dos marinheiros, em 1910, foi o que marcou o início do governo do Hermes da Fonseca.

E esses processos, ministro, eles estão nesse tema também da Revolta da Chibata? Também estão. Inclusive, temos lá... Depois houve vários julgamentos. O João Cândido chegou a ficar preso com 17 marinheiros.

Sendo que 16 deles morreram naquela prisão pelos tipos tão subhumanos que eles eram tratados. Mas, hoje, o João Cândido é tratado como um herói. Ele foi votado no Congresso agora em 2003, 2004, para ser incluído entre os heróis nacionais, na lista dos heróis nacionais.

É uma revisão histórica. E não foi incluído porque, para ser incluído, tinha que ter 50 anos de morte. E agora ele já completou.

Ele deve ter completado 50 anos de morte. Mas... Ainda não entrou lá, mas foi por unanimidade. Eu acho que foi até o Paim que fez essa proposta.

O senador Paim que fez essa proposta. A Marinha, por sua vez, não aceita porque, realmente, o que sofreu os marinheiros... Um comandante de uma esquadra, assim, assassinado... Foi no navio Capitânia. Então, isso realmente foi muito duro para a Marinha do Brasil.

Mas, foi amnistiado. Ministro, aí a gente vai fazer um retrospecto porque entra a política café com leite, os militares perdem poder e se revoltam depois em 1922. E aí começa a... Como é que se diz? A marcha dos 18 do forte, Copacabana, o tenentismo... Então, 1922 marca o início do tenentismo no Brasil.

O início do tenentismo. Então, vários militares se revoltaram no forte de Copacabana e ali isso se revoltaram contra, então, primeiramente, a política do café com leite. Outra não aceitava a eleição de Arthur Bernatze para presidente da República.

Ele também não aceitava as fraudes eleitorais que existiam. Então, esses elementos se revoltaram e se rebelaram no forte de Copacabana. Fizeram, então, esse montinho e ficaram ali no forte.

E, nesse dia em que estavam se deslocando para o Palácio do Catete, eles foram surpreendidos com tropas do governo. Houve um tiroteio. Dos 18, sobreviveram dois, Siqueira Campos e Eduardo Gomes.

Eles ficaram feridos... Quase que mortos. Mas foram hospitalizados, foram julgados pela Justiça Militar e condenados, foram presos. Na Justiça Militar.

Eduardo Gomes, se não me engano, ficou preso seis meses lá na Escola de Aviação. Então, esse foi o primeiro passo. Após aquele evento, o movimento tenetismo cresceu.

Tivemos a Revolução de 1924, Paulista de 1924. Agora, para derrubar o governo de Arthur Bernardes. Mas não tiveram sucesso, as forças governistas foram vitoriosas.

E eles saíram dali de São Paulo, aqueles derrotados, aqueles do movimento comunista, e foram para a cidade de Foz do Iguaçu. E lá se encontraram com um grupo vindo do sul, liderado por Luiz Carlos Prestes, quando formaram a Coluna Prestes. E a Coluna Prestes se dilocou pelo Brasil, rodou mais de 25 mil quilômetros.

E já tinha uma ideologia de esquerda, uma ideologia comunista. Foi o maior movimento guerreineiro que nós tivemos. Já com as ideias da Revolução Russa de 1917.

O Prestes ainda não tinha passado para o comunismo. Ele era militar, inclusive. Ele era militar.

Capitão do Exército. Era da turma do Eduardo Gomes. Era 01 de turma.

E ele não tinha se convertido ao comunismo. Mas liderou. Então teve a Coluna Prestes.

Eles enfrentaram as 50 batalhas, venceram todas. Mas não conseguiram o seu objetivo, que era derrubar o presidente da República e instalar um novo sistema de governo. Não conseguiram.

Então veio depois, eles foram exilados na Bolívia, lá no Paraguai. Ficaram exilados por lá e tal. Depois foram adesteados e voltaram.

E em 1930 tivemos, então, a quebra da política do café com leite. Que era o anseio desses militares. Pelo... Getúlio Vargas? Presidente Washington Luiz.

Então, com isso, três estados só foram contra. Porque a política do café com leite era assim. O ano era o São Paulo.

E Washington Luiz decide colocar Júlio Prestes, paulista, para candidato a presidência. Em vez de um mineiro. Então, os paraibanos, os políticos paraibanos e os gaúchos se juntaram aos mineiros contra os outros 17 estados brasileiros.

E lançaram o Getúlio Vargas. Candidato a presidente da república. Tendo como vice-presidente João Pessoa.

Que foi ministro. Juiz também, inclusive. E era, então, lá... Ele era, então, naquela época, um político bem sucedido.

Ele era governador lá de João Pessoa. Da Paraíba, né? A capital tinha outro nome? Nesses três estados, então, eles enfrentaram as eleições e, naturalmente, foram derrotados. E, logo após a derrota, os membros ali do movimento tenentista foram convocados a enfrentar uma nova revolução.

E a primeira promessa é que eles seriam anistiados se participasse da revolução. Nesse momento, o Prestes estava em Buenos Aires. Exilado.

Ele fez uma reunião com João Alberto em Sequeira Campos para decidir se participaria ou não. E ele já disse assim, eu não gostaria de participar de uma revolução ao lado daqueles que foram meus inimigos, como Arthur Bernardes. Estava do lado dele.

Era mineiro. Então, e outra coisa, eu agora me converti ao comunismo. Foi quando ele declarou a conversão dele ao comunismo.

E os outros dois aceitaram, o Sequeira Campos e o João Alberto, tenentes. O Sequeira Campos, eles voltaram todos juntos, os dois, em um avião, um avião pequeno de cinco lugares e sofreram um acidente ali no Rio da Prata. Quando sobreviveu apenas o João Alberto.

Muito sobreviveu o João Alberto. João Alberto voltou. Então, eles, esses do movimento tenentista, que já estavam muito mais preparados, depois de toda essa coluna presta que percorreu todo o Brasil, inconscientemente se prepararam para uma revolução a nível

nacional.

Então, eles, com os auxílios dos governos de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba, depuseram o Osso Luiz Pelaçar. E depôs-se o presidente, então, quem vai assumir o governo provisório? Ficou entre o capitão Juário Estabro e Getúlio. O tenente Jorge Volteiro, era um grande líder naquela hora, decidiu, então, o governo provisório vai ser o governador provisório.

O presidente do governo provisório vai ser, então, Getúlio Vargas. Getúlio assumiu e destituiu todos os governadores, fechou o congresso, dissolveu o congresso e nomeou, anistiou os militares, cumpriu a promessa e nomeou militares para cargos importantes no governo. Inclusive, ele teve que nomear interventores de sua confiança e muitos desses interventores foram militares.

E aí veio, então, um problema. Ele nomeou para São Paulo, como interventor, o tenente João Alberto, que era pernambucano. Os paulistas não engoliram isso.

Não gostaram. E aí, de repente, vem a Revolução Constitucionalista de 1932. Isso para derrubar o governo de Getúlio Vargas, para que tivessem novas eleições para presidente da República, fossem convocados uma Assembleia Nacional Constitucionalista e também ter uma nova Constituição.

São as três coisas que eles queriam. Mas os paulistas não conseguiram adesão de nenhum Estado. Ficaram sozinhos? Ficaram sozinhos.

Mas mesmo sozinhos, eles resistiram por dois meses. O povo brasileiro, muito cedo, reconheceu a importância daquela revolução para o nosso país. Eles foram derrotados na trincheira, mas atingiram os objetivos dos seus ideais.

Então, eles puderam comemorar os objetivos dos seus ideais. Porque não tivemos eleições para presidente da República. Mas o Brasil voltou ao Império da Lei.

Porque tivemos uma Constituição e tivemos uma nova Constituição. Os constituintes elegeram Getúlio Vargas presidente da República até 1937 e a nova Constituição de 1934 foi considerada a melhor das Constituições que nós tivemos no nosso país. Embora tenha sido a mais curta.

E foi muito importante até mesmo para os nossos militares. Porque, em face do aumento do movimento comunista no Brasil, nós tivemos então um capítulo, pela primeira vez, dedicado à Segurança Nacional. Foi pela primeira vez as Forças Armadas eram responsáveis pela garantia da ordem... Foi nessa época que se criou o Tribunal de Segurança Nacional? Sim.

O Tribunal de Segurança Nacional. Isso foi em 1934, a Constituição. Em 1935, havia um movimento muito forte para a implantação do comunismo no Brasil.

E, com a influência de Carlos Prestes, que não quis aderir ao Movimento de Trinta. Não quis aderir ao Movimento e foi à Rússia e volta ao Brasil e ele promoveu uma revolução a partir dos nossos quartéis com a finalidade de derrubar o presidente da República. O nome é Intentona Comunista.

E teve morte, né, ministro? A Intentona Comunista foi uma revolta mal planejada. Muito mal planejada. Primeiro, não havia o apoio popular.

E ele, como era militar, a partir dos quartéis em Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro, achou que ia conseguir um movimento a tal ponto de derrubar o presidente da República e implantar o sistema comunista. O que não aconteceu. O que nós tivemos foram muitas mortes.

Tivemos muitas torturas. E foi uma loucura aquilo ali. E, aproveitando-se daquela situação, Getúlio Vargas consegue aprovar um estado de sítio em todo o território nacional, não só naqueles três estados.

Ele cria o Tribunal de Segurança Nacional aprovado pelo Congresso... Que era para julgar crimes políticos e não militares. É. A intenção era para julgar crimes quando o país tivesse estado de guerra. E ele consegue aprovar no Congresso Nacional o estado de guerra.

Então, esse Tribunal de Segurança Nacional julga, então, aqueles supostos comunistas que atuaram na Intentona Comunista em 1935. E, realmente, foi um tribunal de inserção. Porque, inicialmente, esse tribunal tinha como última instância um superior tribunal militar.

Os processos iam, então, para a Justiça Militar. Esses crimes foram julgados por aquelas pessoas todas. Inclusive, Carlos Prestes era quem pegou mais punição.

Ele não saía da cadeia na época de Getúlio Vargas. Ele ficou na cadeia o tempo todo. Então, esse foi um tribunal de inserção que nós tivemos no Brasil e que esteve em vigor de 1937 a 1945.

Justamente aquele período de Estado Novo. Então, temos até um exemplo muito interessante. Tivemos uma prisão de um deputado.

O deputado Mangabeira. João Mangabeira. Ele foi preso.

Entrou no STF com vários abescocos para sair da prisão. Não conseguiu porque ele estava a serviço do Prestes, lá, pelo comunismo. Essa era a denúncia dele.

E ele foi julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional. Que era abaixo do STM. Que era a primeira instância.

O STM era a última instância. Então, ele foi julgado. Ele foi condenado a três anos e

quatro meses de prisão.

Naquele julgamento eram cinco magistrados. Um se disse impedido. Só quatro votaram.

O presidente vota uma segunda vez e vota pela condenação por dois votos do presidente. Condenação do Mangabeira. O Mangabeira entra com um abescoco junto ao, na época, Supremo Tribunal Militar.

E o Supremo Tribunal consegue o abescoco por unanimidade. E o Mangabeira faz uma declaração fantástica após ser solto lá no Congresso. Elogiando o papel desse Supremo Tribunal Militar.

Que não tem medo. Então, ele fez um elogio muito grande. E é uma página muito interessante de nossa história.

E foi nessa oportunidade que teve a primeira liminar em abescoco também? A primeira liminar em abescoco foi em 1964. Aí foi o almirante de esquadra. O almirante José Espínola.

Ele aceitou um pedido de abescoco que depois foi ratificado por todo o plenário do Tribunal por unanimidade. Mas o STM foi o primeiro tribunal do país, né? O tribunal foi o primeiro, foi o primeiro, foi em agosto de 1964. E chegamos ao final deste segundo episódio.

No próximo e último, voltaremos com este bate-papo com o presidente do STM. Na pauta, a participação da Justiça Militar da União desde a Segunda Guerra em 1944 até o período posterior ao regime militar de 1964. Até lá!

Transcribed by [TurboScribe.ai](#). [Go Unlimited](#) to remove this message.